Ata da Plenária, fevereiro de 2026

Aos dez (10) de fevereiro, entre 9h e 12h, realizou-se reunião remota com a participação de conselheiros e convidados, na qual foram discutidos diversos temas de interesse do comitê.

Estiveram presentes na reunião os conselheiros Lucélio de Melo Marinho, Flávio Pimenta de Figueiredo, Laila Tupinambá Mota, André Almeida Silqueira, Romeu Pereira dos Santos, José Valter Alves, Adailson de Oliveira Santos, Edvaldo Campos Matos, Mickael Cesário Ramos Leite, Renan Rodrigues Silva, Cynthia Hassan Hachem, Rômulo de Souza Lima, Silvano Ferreira e Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo, além de representantes do IGAM e da Agência Peixe Vivo.

Inicialmente, foi debatida a questão das faltas dos conselheiros e seus impactos no quórum das reuniões, destacando-se a necessidade de maior controle de frequência e adoção de medidas para notificação das instituições com ausências recorrentes. Lucélio propôs que fosse realizado um levantamento das presenças nas últimas reuniões, incluindo as ocorridas em 2025 e a atual, ficando Frederico responsável por essa atividade. Jeane Sabrina Maia esclareceu que o controle de faltas deve considerar o período completo da gestão, independentemente de mudanças na diretoria, e sugeriu que a secretaria executiva passe a realizar esse acompanhamento de forma contínua a cada reunião.

Também foi discutido o processo de notificação e eventual desligamento de instituições faltosas, conforme previsto no regimento interno. Ficou alinhado que, na ausência de manifestação após notificação, poderá ser iniciado o processo de desligamento, possibilitando a liberação de vagas e contribuindo para o alcance do quórum. Ainda nesse contexto, Adailson relatou dificuldades de comunicação com o titular de sua instituição, destacando a falta de informações sobre ausências, mesmo atuando como suplente.

Na sequência, Flávio apresentou informes sobre o projeto de outorga coletiva no Rio Inhaúma e ações de revitalização de nascentes. Informou que o projeto foi finalizado, com diagnóstico encaminhado ao Ministério Público Estadual, tendo como objetivo reduzir conflitos pelo uso da água e implementar medidas conservacionistas, como cercamento de áreas, construção de barraginhas e terraços. Foi apresentado também o diagnóstico da qualidade da água, indicando trechos enquadrados nas classes 2 e 3, com interferências antrópicas e presença de coliformes, ressaltando a necessidade de divulgação dos resultados após consolidação dos dados.

Em relação aos impactos ambientais da rodovia, Flávio e José relataram ações de recuperação de nascentes e construção de barraginhas, desenvolvidas em parceria com a concessionária, com participação da comunidade e apoio de instituições como Emater, Codevasf e a prefeitura de Bocaiuva. Foi feito convite aos conselheiros para realização de visita técnica à região entre Montes Claros e Bocaiuva, com o objetivo de acompanhar as ações em campo e discutir novas parcerias. Edvaldo destacou a importância da parceria, ressaltando sua realização sem judicialização e o papel do comitê na mediação de conflitos e promoção de ações conjuntas.

Dando continuidade, Jacqueline, gerente de projetos da Agência Peixe Vivo, apresentou o planejamento do edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para seleção de áreas prioritárias para construção de barraginhas. Explicou que o edital contemplará etapas de seleção, contratação de consultoria para locação das estruturas e execução das obras, com previsão de implantação de aproximadamente 200 barraginhas até 2027. Serão adotados critérios técnicos para priorização das áreas, com foco em microbacias de maior resposta ambiental, além da formação de um banco de interessados para ações futuras. Foi esclarecido que o comitê terá protagonismo na escolha das áreas, enquanto a agência atuará na operacionalização do processo. Também foi discutida a diferença entre diagnóstico técnico e cadastro de propriedades, optando-se por um modelo simplificado que utilize dados já disponíveis por meio de parceiros.

Em seguida, passou-se à deliberação sobre a criação da Câmara Técnica Consultiva. Foram debatidas e

votadas alterações na minuta da deliberação, com participação de diversos membros. Ficou aprovado o número de 8 integrantes, garantindo dois representantes por segmento, assegurando a paridade. Também foi ajustada a regra de indicação, permitindo que as instituições com assento no comitê indiquem seus representantes sem necessidade de aprovação em plenário, estabelecendo-se critérios para casos de excedentes. Foi mantida a possibilidade de criação de grupos de trabalho, conforme o regimento interno, e suprimido o dispositivo que previa emissão de portarias pela Câmara Técnica, restringindo essa atribuição à diretoria. Após discussão, foi rejeitada a proposta de impedimento de membros da diretoria participarem da Câmara Técnica, ficando autorizada sua participação. As votações foram realizadas de forma nominal, com registro de abstenções e votos contrários, e definiu-se que a minuta final será encaminhada aos conselheiros para revisão antes da assinatura.

Por fim, nos informes gerais, Frederico comunicou que encaminhará a minuta da deliberação consolidada para conferência dos conselheiros. Lucélio e demais participantes agradeceram a presença de todos, desejaram um bom Carnaval e deram por encerrada a reunião.

Documento assinado eletronicamente por **Lucélio de Melo Marinho**, **Presidente(a)**, em 16/07/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **138163191** e o código CRC **51B684DE**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000310/2026-71 SEI nº 138163191